

Programa REVIVE

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE AROUCA

Daniela Simões (IHA-FCSH-UNL)

Introdução



Fig.1- Vista aérea do mosteiro e Vila de Arouca.

Fonte: Caderno de encargos REVIVE para este imóvel

O mosteiro de Santa Maria de Arouca localiza-se na vila de Arouca, concelho de Arouca, distrito de Aveiro, integrando a Área Metropolitana do Porto. Situada na antiga região da Beira Litoral, a vila de Arouca apresenta uma população de 5200 habitantes¹. O concelho de Arouca é composto actualmente por 16 freguesias, sendo delimitado a norte pelos concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães, a noroeste por Gondomar e Santa Maria da Feira, a sudoeste por Oliveira de Azeméis, a sul por Vale de Cambra, e a leste por Castro Daire e São Pedro do Sul. Dista cerca de uma hora do Porto e de Aveiro, 3h de Lisboa e 6h de Madrid.

Geograficamente, Arouca situa-se num vale com o mesmo nome, de vegetação e recursos hídricos abundantes, rodeado pelas serras de Freita, Mó e Gamarão. O principal curso de água da região é o Rio Arda, afluente da margem esquerda do Rio Douro. O mosteiro de Santa Maria Arouca, pela sua antiguidade e imponência arquitectónica assume-se como o ex-libris da região, dominando a paisagem da vila. Apresenta uma localização estratégica, à entrada do aglomerado urbano de Arouca, justapondo-se ao eixo principal da vila (Av. 25 de Abril). Beneficia de amplas vistas proporcionadas pelas zonas arborizadas a este, outrora parte integrante da cerca monástica, e pela praça Rainha Santa Mafalda e parque municipal, localizados a oeste.

¹De acordo com os censos de 2011.

A fundação do mosteiro de Arouca remonta ao período da reconquista cristã, com a fixação das primeiras comunidades monásticas em território ibérico. Estas beneficiaram do apoio e protecção das principais famílias ligadas à reconquista, as quais patrocinaram a fundação dos primeiros cenóbios em território peninsular. Este foi o caso do mosteiro de Arouca, cuja fundação primitiva terá ocorrido durante o primeiro quartel do século X (c.915-925), pelos irmãos Loderigo e Vandilo, como forma de encerrar um conflito que seu pai, fidalgo da região de Moldes (perto de Arouca), havia iniciado com o Bispado de Lamego. Este pequeno mosteiro foi originalmente dedicado a São Pedro. Nos séculos seguintes foi pertença de várias famílias ligadas à nobreza portugalense, cuja acção mecenática financiaria a ampliação dos seus espaços, bem como a aquisição de património fundiário, relíquias, obras e objectos litúrgicos.

No último quartel do século XI, o mosteiro de São Pedro de Arouca terá adoptado a regra de São Bento, numa atitude semelhante à verificada pela maioria dos cenóbios peninsulares, na sequência da reforma cluniacense. Por estes anos, à invocação original do mosteiro, terão ainda sido adicionados outros patronos: São Cosme, São Damião e São Paulo. Até meados do século XII, o mosteiro foi dúplice, tornando-se exclusivamente feminino em 1154, e assim se permanecendo até ao fim dos seus dias.

Se a transformação em mosteiro feminino foi um dos pontos fulcrais na história da comunidade arouquense, o mais importante seria, contudo, a sua mudança de ordem monástica, com a passagem para Cister, já no século XIII, por acção de D. Mafalda, filha de D. Sancho I. Tal como ocorrera no mosteiro de Lorvão, com o ingresso de D. Teresa, filha mais velha do monarca, também a entrada de D. Mafalda para Arouca seria seguida do abandono da hábito negro beneditino, em detrimento do branco cisterciense. À oficialização da nova ordem, em 1226, seguiu-se uma importante campanha de ampliação e reconstrução do mosteiro, que viu também alterado o seu orago para a invocação a Santa Maria.

A ligação e atitude mecenática de D. Mafalda para com o mosteiro de Arouca reforçou o património da instituição, tal modo que, aquando da morte de D. Mafalda em 1256, o cenóbio arouquense era um dos mais importantes do ramo feminino da Península Ibérica, disputando o lugar cimeiro em solo nacional com o de Lorvão. A ligação da família real à casa arouquense levou a um incremento da sua popularidade e prestígio junto das principais famílias nobres do reino, que passaram a eleger o mosteiro de Arouca como destino para muitas das suas mulheres.

Novas campanhas de enobrecimento e actualização dos espaços monásticos seguiram-se durante os séculos XV e XVI, pelo que, chegado à segunda metade de quinhentos, o

mosteiro passa a integrar a Congregação de Santa Maria de Alcobaça, na sequência das reformas operadas no contexto da Contra-Reforma.

O espírito tridentino acabaria igualmente por manifestar-se na necessidade de actualização e ampliação das estruturas arquitectónicas das várias casas monásticas cistercienses, não só com o intuito de as adequar às propostas de base classicista então em voga, como também de criar condições para o acolhimento de um número crescente de professoras. Em Arouca, as campanhas de obras de grande envergadura apenas teriam lugar em finais do século XVII, primeiramente no corpo oeste (fachada) e em parte do corpo norte. Os restantes espaços seriam já intervencionados durante a centúria seguinte, com a reconstrução da igreja e coro, alas este e sul, celeiro, claustro, entre outros espaços, ficando alguns deles inacabados até à intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, já em pleno século XX.

Tal como ocorrera com as patronas de Lorvão, D. Teresa e D. Sancha, também a vida de D. Mafalda em Arouca foi alvo de discursos e descrições de santidade que levariam a que, logo após a sua morte, em 1256, se instalasse em Arouca e arredores um culto popular em torno da sua pessoa. Em 1617 deu-se início ao respectivo processo de beatificação, que apenas ficaria concluído mais de um século depois, em 1792, com a confirmação da santidade de D. Mafalda por parte do papado. A nova igreja do mosteiro, projectada entre 1703-04 pelo arquitecto maltês Carlos Gimac, e inaugurada em 1718, passou, entre outros objectos de relevo, a albergar o novo sarcófago da Santa Rainha, executado em madeira exótica e prata, e instalado na igreja por volta de 1795.

Contudo, na entrada para o século XIX, os primeiros sinais de dificuldades económicas e de câmbios ao nível político e social começam a afectar a instituição arouquense. Assim, a juntar à redução significativa do número de noviças admitidas anualmente pelos mosteiros por ordem régia, o clima de guerra, insegurança e destruição trazido, primeiro pelas invasões francesas e, posteriormente, pelas guerras liberais, acentuou ainda mais as dificuldades económicas dos mosteiros, que viriam a ter o seu epílogo na lei de extinção das ordens religiosas de 1834.

Tratando-se de um mosteiro feminino, o cenóbio de Arouca, ainda que proibido de admitir novos membros, pôde continuar a albergar a respectiva comunidade de religiosas até à morte da última freira, ocorrida em 1886. Por esta altura o abandono e degradação dos espaços monásticos era já uma inevitabilidade, pelo que a população local, receando a retirada e dispersão do património artístico do mosteiro por parte do Estado, uniu-se com vista à formação de uma associação responsável pela sua protecção e gestão, assegurando a permanência do mesmo em Arouca. A Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda seria

assim criada ainda em 1886, tornando-se a principal impulsionadora da fundação do Museu de Arte Sacra arouquense, inaugurado na década de 30 nas antigas instalações monásticas. Em Junho de 1910, o mosteiro de Santa Maria de Arouca é elevado à categoria de Monumento Nacional pelo novo regime republicano, pelo que, entre o início do século XX e o final dos anos 40, várias foram as propostas por parte do poder central para a ocupação do complexo de Arouca. Apenas em 1948 se chegaria a um consenso, com a cedência das antigas estruturas monásticas ao Instituto Salesiano, com vista à instalação de um colégio que aí permaneceu até 1982. Simultaneamente, entre os anos 30 e 60, prosseguiram as campanhas de obras dirigidas pela DGEMN com vista ao restauro e reconstrução das estruturas do mosteiro.

Na actualidade, o complexo de Arouca apresenta alguns dos seus espaços musealizados, a respectiva igreja aberta ao culto, o Museu de Arte Sacra ocupando a ala oeste, e ainda a Biblioteca Municipal localizada na antiga casa dos padres. Todavia, a antiga ala sul do mosteiro, ocupada outrora por armazéns, celeiro e dormitórios, encontra-se desocupada, tal como alguns edifícios situados no quadrante sul da cerca monástica, correspondentes às antigas enfermaria, botica e apoio agrícola.

São estes os espaços afectos ao projecto Revive, o qual pretende “a sua revitalização através da implementação de um empreendimento turístico, alojamento local ou outro projecto de vocação hoteleira de elevada qualidade” (CADERNO REVIVE:2018, 13). Crê-se que esta nova valência para estes espaços hoje desocupados será uma mais-valia para o mosteiro, uma vez que permitirá a fruição plena destes espaços esquecidos, evitando assim a sua degradação e conseqüente perda, bem como permitirá devolver o monumento à vila, preservando o seu papel enquanto elemento diferenciador da paisagem.

O Mosteiro de Santa Maria de Arouca:

Na época medieval

Como verificado na história de outras casas monásticas, no mosteiro de Arouca, as informações relativas à composição das estruturas arquitectónicas do período medieval são escassas, dada a ausência (ou desaparecimento) quer de documentação (contratos, plantas, mapas,...) relacionada com a arquitectura do complexo neste período, quer da quase totalidade das próprias edificações medievais, como resultado das várias campanhas de

obras da época moderna, as quais alterariam profundamente a aparência e espacialidade do mosteiro.

Todavia, a falta de informação neste campo parece ser compensada com a significativa quantidade de fontes relativas à gestão do património fundiário da casa arouquense nesta época, património este que, como observado no capítulo anterior, se estendia já, ao tempo de D. Mafalda, pelos concelhos vizinhos, apresentando dimensões e composições variadas (coutos, granjas, casais,...). Este património fundiário constituiria, ao longo do período medieval, a principal fonte de poder do mosteiro, não só económico, mas também social, administrativo e até mesmo político, levando, por isso, a que a sua acção ultrapassasse em muito a esfera religiosa.

Começando pela questão arquitectónica, seria de crer que o complexo monástico medieval de Arouca estivesse, de uma forma genérica, de acordo com os princípios da arquitectura cisterciense. Desde logo, Arouca cumpria um dos requisitos fundamentais da ordem: a preferência pela localização dos seus mosteiros em zonas de vales férteis com abundantes recursos hídricos. Tal opção prendia-se não só com questões práticas ligadas à sobrevivência da comunidade, mas também com o ideal de comunhão e contemplação da natureza, num “regresso às origens”, longe da urbe.

Quanto à arquitectura, esta deveria reflectir os valores basilares da ordem – austeridade, sobriedade, ascese, contemplação, abnegação – bem como estar de acordo com as práticas quotidianas estabelecidas pela regra, fazendo, deste modo, coincidir o plano espiritual com o terreno.

As campanhas de obras mais importantes durante a época medieval seriam as que teriam lugar ao longo dos séculos XIII e XIV, a primeira após a entrada de D. Mafalda para o mosteiro, cujos trabalhos terão tido como principal objectivo a adaptação do complexo monástico aos requisitos estipulados pela ordem cisterciense. Já a segunda campanha terá ocorrido logo no início de trezentos e incidido fundamentalmente na reconstrução da igreja do complexo, de acordo com os modelos da arquitectura gótica, então em vigor.

Já no que diz respeito à relação do mosteiro de Arouca com a comunidade local durante o período medieval, será importante salientar que a hegemonia desta instituição sobre toda a região do vale de Arouca acabaria por levar a uma deslocação e fixação de população nas imediações do mosteiro. Esta era composta maioritariamente por camponeses, mas também por mercadores, feitores, procuradores, entre várias outras actividades que se encontravam ligadas à vida do cenóbio.

Tal situação acabaria por originar um novo povoado, denominado Burgo Novo de Arouca, oficialmente instituído em 1229, ano em D. Mafalda lhe atribui carta de foral. A

carta de foral pretendia, “por um lado, garantir a segurança e a tranquilidade dos povos, fomentar o povoamento de novas terras, mas também assegurar ao outorgante, rei ou grandes senhores, laicos ou eclesiásticos, a arrecadação de mais tributos” (SILVA:1994, 9).

O facto de o Burgo Novo de Arouca se situar em pleno couto do mosteiro, aliado ao facto do cenóbio se encontrar ligado à família real, concedia à abadessa o poder para regulamentar os campos económico, administrativo, judicial, e mesmo político da vida comunitária da povoação arouquense. Assim, ao nível do poder económico, ao apresentar-se como a maior proprietária da região, a instituição de Arouca dispunha de diversos foros e rendas provenientes do arrendamento e exploração de parcelas das suas terras por parte de camponeses. Já no panorama judicial, competia à abadessa “confirmar as justiças do concelho” (SILVA: 2000, 138). O mesmo se verificava com o poder político, dado que os representantes dos vários cargos municipais eleitos localmente teriam de ser confirmados pela abadessa.

As boas e próximas relações institucionais entre o mosteiro de Arouca e a coroa, prevalecentes ao longo dos vários reinados das dinastias afonsina e de Avis, contribuíram para um acréscimo de prestígio social à instituição arouquense, bem como a uma intensificação das relações com as principais famílias nobres das regiões norte e centro do reino que, por sucessivas gerações, enviariam para Arouca familiares.

Na época moderna

No dealbar do século XVI, o mosteiro de Arouca afirmava-se como um dos mais ricos do reino, ao lado do de Lervão, cujo modelo de fundação e administração serviu de base à casa arouquense. Com a reformulação do sistema de organização e administração cisterciense na sequência da reforma tridentina, assiste-se, no findar do século XVI e ao longo de todo o XVII, à concepção e aplicação de um profundo plano de beneficiação das casas monásticas da ordem, o qual se alastraria pelo século XVIII, abrangendo neste século sobretudo os cenóbios femininos. Estas intervenções pretendiam garantir o acolhimento de um número crescente de professos, bem como uma actualização estilística dos complexos monásticos, de acordo com os novos paradigmas classicistas em vigor.

A grande empresa de renovação arquitectónica do mosteiro terá início com a reformulação da ala oeste, parte do mosteiro ocupada com o dormitório principal, portaria

nova, locutórios e aposentos da abadessa. Assim, se frontaria a oeste possibilitava o acesso ao largo do mosteiro, para o qual abria também o celeiro (a sul), já o alçado norte convergia para o chamado “adro da igreja”, dado ser nesta lateral que se encontrava a entrada para o templo do cenóbio. Já a ala sul permitia o acesso à cerca, a qual, para além dos edifícios correspondentes à enfermaria, botica e apoio agrícola, apresenta ainda um pouco para lá destas construções e já perto da zona da mata, um antigo tanque e um fontanário, cuja datação se situará no século XVII.

Para além do muro que delimitava o perímetro da cerca, o seu interior encontrava-se também dividido em vários espaços através da inclusão de muros e vedações de menor tamanho. Deles são exemplo os vestígios do muro e portal que separavam o terreiro do mosteiro da vila (a nordeste), bem como um outro muro que apartava o terreiro da zona de cultivo localizada a este.

A reconstrução do complexo monástico iniciou-se em 1692, prolongando-se pela entrada do século XVIII. Nesta primeira campanha reedificaram-se os corpos poente (fachada principal) e norte, sendo o mestre coimbrese Gaspar Ferreira o responsável pela condução das obras. A observação da ala poente permite sublinhar a principal característica de todo o complexo, isto é, o predomínio de linhas horizontais na estruturação dos vários corpos, as quais estarão presentes em todas as alas, veiculando o conjunto uma imagem de grande unidade e organicidade. Contudo, identificam-se também alguns elementos de tendência vertical, como sejam os dois mirantes nos extremos norte e sul, pilastras e pináculos localizados em vários pontos do complexo.

Os três pisos que compõem o corpo poente são desde logo denunciados pelas fiadas de janelas, dispostas de forma longitudinal e ritmada. Enquanto o primeiro e segundo pisos apresentam janelas de sacada com bandeira, o piso térreo, de pé direito mais alto, integra uma sequência de portas, encimadas por frestas em formato de janelas perspécticas, alinhadas com as dos pisos superiores. A homogeneidade das aberturas é apenas quebrada com a inclusão, no primeiro piso, acima da portaria dos carros, de duas molduras com coroamento de frontões triangulares, correspondentes, no interior, aos aposentos da abadessa. Todas as fenestraçãoes apresentam gradeamentos em ferro, enfatizando a função de clausura do complexo.

Ladeando a ala poente encontram-se dois torrões de formato quadrangular, altura de quatro pisos e cobertura de quatro águas, destinados a servir de mirantes, proporcionando às religiosas locais de fresco, contemplação e observação do exterior. Estes dois corpos, localizados respectivamente nos ângulos noroeste e sudoeste do complexo, revelam um tratamento das fenestraçãoes semelhante ao encontrado na fachada, destacando-se o último

piso, onde três janelas de maior dimensão asseguram a ventilação e iluminação do espaço. Os cunhais em formato de pilastra colossal constituem um dos elementos arquitectónicos mais significativos do conjunto.

No que diz respeito à ala norte, esta poderá ser dividida em duas partes: a secção pertencente aos aposentos monásticos e a igreja. Esta diferenciação é perceptível aquando da observação do alçado, uma vez que as superfícies parietais, ainda que contíguas, revelam diferentes tratamentos arquitectónicos. Deste modo, a primeira secção, desenvolvida na continuidade do torreão norte, assume um tratamento exterior bastante semelhante ao empregue na fachada, com fiadas de janelas gradeadas ao longo dos três pisos, em formato de peitoril no primeiro e segundo andares, e em formato de fresta com emolduramento perspéctico no piso térreo. A decoração é sóbria - emolduramentos das fenestrações, frisos (piso térreo e junto à cimalha) e pilastra na demarcação junto ao mirante. O piso térreo era utilizado como armazém, o primeiro e o segundo eram ocupados com espaços de habitação (dormitórios).

Quanto à parte do alçado correspondente à igreja, a importância deste espaço ditava a necessidade de um maior investimento decorativo. “Portanto, o arquitecto marcou bem as pilastras que, nesta fachada possuem funções estruturantes, suportando as abóbadas da nave e do coro. A ornamentação desse modo conseguida é minimalista, mas eficaz, actuando sobretudo através de acentuações rítmicas” (AFONSO:2003, 41).

Quanto à ala sul (afecta ao projecto Revive), informações presentes em documentos do cartório arouquense permitem concluir que, em 1733, a mesma já se encontrava em construção, estendendo-se as obras até cerca de 1735. A construção do corpo sul, cujo piso térreo foi utilizado para armazém e os superiores para dormitórios, possibilitou o fechamento do pátio dos comuns (pátio sul), área de carácter funcional e, por isso, maioritariamente utilizada por criados, conversas e trabalhadores.

O lanço sul ficaria também conhecido como “corredor de Mafra”, “devendo-se o facto a ter sido executado por artistas e artífices que vieram desse ostentoso mosteiro. Do ponto de vista construtivo, o piso térreo da ala sul destaca-se dos restantes espaços do complexo pela sólida estrutura de abóbadas de aresta, sustentada por fortes pilares, cuja distribuição permite formar três naves. Já os pisos superiores apresentam a distribuição espacial característica dos dormitórios monásticos, com duas alas de celas separadas entre si por um longo corredor, o qual no primeiro andar é coberto por uma abóbada de berço em pedra, e no segundo por uma interessante abóbada de madeira, decorada com caixotões ao longo de todo o comprimento.

Exteriormente, o alçado do corpo sul voltado à cerca revela uma maior simplicidade no tratamento dos vãos, correspondentes na sua maioria às janelas de cada cela, as quais apresentam um formato em sacada e moldura simples em pedra. A tendência longitudinal é igualmente enfatizada pelo emprego de frisos na transição entre pisos, tal como observado nos corpos poente e norte. Os únicos contrapontos de verticalidade encontram-se nas pilastras e nos pináculos de formato cónico que as coroam. A tendência de simplificação das aberturas é mantida também no alçado voltado para o pátio dos comuns, dado o carácter eminentemente funcional desta zona.

A nova botica, datada de 1740, foi edificada na esquina sudeste do complexo, na zona da cerca, sendo constituída por um edifício independente de pequenas dimensões, cuja ligação ao mosteiro é efectuada a partir de um alpendre ao nível do primeiro andar, sendo um dos edifícios sobreviventes dos vários outrora localizados neste quadrante da cerca monástica. Quanto à enfermaria setecentista, a sua edificação deverá ter ocorrido entre o segundo e o terceiro quartéis do século XVIII, integrando a “vaga” de reconstruções verificada nesses anos. As suas estruturas sobreviveram, encontrando-se, no entanto, em avançado estado de degradação.

Também na década de 1740 teria início a construção do corpo do celeiro, na continuidade do alçado sul (ou ala de Mafra), ocupando, por conseguinte, quase toda a largura do terreiro do mosteiro, de tal modo que, se por um lado o regulariza, por outro anula a presença do mirante sul, apenas detectável pela cobertura do piso superior em alinhamento com o congénere norte.

Do ponto de vista arquitectónico, “desses corpos pré-existentes [o celeiro] recebe a organização em três pisos, e prolonga, ao nível das janelas, a forma definida no século XVII, no dormitório das portarias – janela de bandeira. (...) O piso térreo continua a organização espacial do dormitório de Mafra: três naves definidas por pilares e cobertura abobadada. O dado mais invulgar desta construção é a sua escadaria de aparato, em dois lanços divergentes, que conduz ao piso intermédio, onde funcionava o celeiro propriamente dito. Por essa escadaria, de ar apalaçado, subiam os foreiros para quitar as suas obrigações para com a instituição monástica. No último piso, celas dispostas de ambos os lados de um corredor axial” (ROCHA:2011, 274).

Cerca de trinta anos mais tarde, uma nova empreitada seria iniciada no mosteiro de Arouca, com vista ao arranjo do espaço aberto que, à altura, existia no quadrante este, mais propriamente desde a extremidade da ala sul até ao coro da igreja monástica. o piso térreo do novo corpo este, “voltado para o interior, foi ocupado pelas seguintes dependências no sentido norte/sul: cozinha da cera e, ao lado desta, escadaria que liga ao piso superior, sala

do capítulo, despensa e no remate a cozinha conventual. (ROCHA:2011, 276). Os trabalhos de construção deste novo corpo decorreram entre 1781 e 1785, datas que se encontram assinaladas numa cartela colocada em frente à sala do capítulo.

A reestruturação desta zona e o conseqüente fechamento do complexo obrigaram à edificação de um novo claustro, capaz de realizar a ligação entre as várias alas, articulando-as facilmente. Neste sentido, a primeira ala a ser edificada seria a este, no seguimento da campanha de obras de 1781-1785, estando concluída por volta de 1787. Seguir-se-ia a ala sul, correspondente ao novo refeitório. No entanto, mais nenhuma quadra viria a ser edificada até ao encerramento definitivo do mosteiro, permanecendo, por isso, o claustro incompleto até à década de 60 do século XX, altura em que foi terminado, com o acrescento das alas norte e oeste aquando dos trabalhos da DGEMN.

Formalmente, no claustro de Arouca cada galeria compõem-se de cinco arcos, e enquanto no piso térreo foram empregues arcos de volta inteira altos, no sobreclaustro optou-se pelo uso de arcos abatidos (ou de asa de cesto). Em ambos os pisos os arcos assentam em pilares com pilastras dóricas embutidas, sendo a separação entre arcadas realçada e reforçada pelo acrescento de outras pilastras, voltadas para o jardim claustral, as quais no piso térreo assumem a ordem dórica, e no superior a jónica. Quanto às coberturas, enquanto no piso térreo foi usada a abóbada de aresta em pedra, no sobreclaustro optou-se pela cobertura em madeira.

Relativamente à igreja do mosteiro, o arquitecto escolhido para elaborar o novo projecto foi o maltês Carlos Gimac que, antes da sua deslocação a Arouca, se encontrava a colaborar com o mosteiro cisterciense de Salzedas. As refundações setecentistas da igreja de Arouca, mas também da de Lorvão (consagrada em 1761), definem-se “morfologicamente, pela junção de dois amplos corpos rectangulares, de comprimentos iguais e larguras algo diferentes: o mais largo corresponde à nave dos leigos e, o mais estreito, do lado oeste, ao coro monástico, o qual é servido por galerias colaterais. A capela presbiterial em Arouca, de fecho recto, é significativamente mais estreita do que a nave dos fiéis seculares (...). A cobertura destas igrejas é em abóbada com lunetas” (JORGE:1999, 859).

A igreja de Arouca destaca-se pela monumentalidade, bem como pela complexidade das suas estruturas, patente desde logo na necessidade de emprego de paredes duplas como forma de assegurar a correcta descarga do peso das duas abóbadas de pedra (nave e coro). A regularidade e equilíbrio nas soluções adoptadas é outra das marcas do edifício, com uma organização simétrica dos dois alçados, os quais apresentam o mesmo número de capelas laterais, aberturas e pilastras. A divisão interna dos alçados em três níveis horizontais é

identificável a partir do exterior por meio das fiadas de janelas que se dispõem longitudinalmente.

A horizontalidade da tripartição dos alçados é, no entanto, contrariada pela verticalidade das pilastras, as quais introduzem uma marcação de ritmo ao longo das superfícies da nave e do coro. A zona do coro segue, ao nível dos alçados, a disposição verificada na nave, contudo, o alçado sul desta zona apresenta um elemento distintivo, isto é, um corredor de circulação, possível pela existência de paredes duplas, possibilitando o acesso directo das religiosas à zona da sacristia, sem necessidade de qualquer contacto com o espaço da nave, frequentado pelos fiéis.

Para a decoração do espaço da igreja contribuiu desde logo o contraste entre o uso do granito e o branco da caição das paredes e da abóbada, ao qual se viria juntar um conjunto notável de encomendas – pintura, talha, estatuária, serralharia, ... - cuja policromia e riqueza formal possibilitaram a implementação do espírito do barroco joanino no templo de Arouca.

Tal como verificado para o período medieval, durante a época moderna conserva-se a tradição do envio de “filhas excedentárias da nobreza”, beneficiando o mosteiro de Arouca de um incremento significativo do número de religiosas ao longo de setecentos, cujas propinas de ingresso asseguravam em grande medida a disponibilidade financeira do cenóbio. No entanto, esta situação de prosperidade sofreria um rebate assinalável durante a segunda metade de setecentos, com a promulgação de várias medidas com vista ao crescente controlo do poder político sobre as instituições monásticas. Assim, as fortes limitações impostas pela coroa à admissão de novos membros, daria lugar à instalação de um clima de crise que os acontecimentos políticos das primeiras décadas de oitocentos viriam acentuar.

Na época contemporânea

A conjuntura de crise económica e social para as instituições monásticas pronunciada ainda no século XVIII seria intensificada pelo clima de destruição trazido pelas invasões francesas. No caso de Arouca, em 1808, na sequência da primeira incursão gaulesa, as tropas francesas entram pela vila, obrigando as monjas a abandonar temporariamente o mosteiro.

Com a promulgação da lei de extinção das ordens religiosas, em Maio de 1834, pelo então Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, enquanto as casas monásticas masculinas foram imediatamente encerradas, os mosteiros femininos puderam continuar a albergar a comunidade religiosa até à morte da última freira. No entanto, com a entrada em

vigor da referida lei houve a imediata suspensão das prerrogativas, foros e regalias de que, durante séculos, os cenóbios haviam beneficiado. No caso de Arouca, a perda de tais pagamentos acabaria por levar à necessidade de venda de património artístico da instituição, como forma de obtenção de rendimentos a fim de garantir a sobrevivência da comunidade.

O envelhecimento da população do mosteiro foi acompanhado pelo envelhecimento das respectivas estruturas arquitectónicas, as quais foram alvo de uma progressiva degradação e abandono. Com a morte da última religiosa de Arouca, D. Maria José Gouveia Tovar e Meneses, a 3 de Julho de 1886, o Estado português toma definitivamente posse das instalações monásticas, enviando imediatamente delegados do Tesouro com o intuito de recolherem e transportarem até Aveiro e Lisboa o património artístico mais valioso da instituição. Como forma de contrariar a retirada e conseqüente dispersão do acervo do mosteiro, a população local, beneficiando do apoio do Bispo do Porto, uniu-se, criando a Real Irmandade Rainha Santa Mafalda, com estatutos aprovados logo em 19 de Julho de 1886.

Quanto ao cenóbio propriamente dito, enquanto a respectiva igreja passou a desempenhar funções paroquiais, sendo integrada na paróquia de São Bartolomeu de Arouca ainda em 1886, os restantes espaços monásticos foram cedidos pelo Estado à Câmara Municipal de Arouca em 1900, sendo rapidamente ocupados por famílias pobres da região como habitação.

Ainda sem qualquer fim à vista para o antigo complexo, em 1910, o Mosteiro de Arouca obtém a classificação de Monumento Nacional pelo novo regime republicano. Várias transformações foram também, entretanto, ocorrendo nas imediações do complexo, com vista à modernização do traçado urbanístico da vila de Arouca e à melhoria da sua acessibilidade. Estas campanhas de obras obrigaram também à demolição do quadrante norte do muro do terreiro do mosteiro, o qual desapareceria definitivamente em 1924, possibilitando assim a unificação entre o complexo e a vila.

Em Fevereiro de 1936, a DGEMN inicia uma campanha de obras de restauro em Arouca, as quais se prolongariam pelas três décadas seguintes, tendo como principais objectivos a recuperação dos espaços do antigo mosteiro considerados nobres e com utilidade, bem como a conclusão de áreas que haviam ficado incompletas.

A nova função a atribuir ao antigo complexo monástico acabaria por ser encontrada em 1948, com a adaptação do cenóbio a Instituto Salesiano, organismo religioso com vista à escolarização de crianças e jovens. Por conseguinte, durante os anos de 1950 e até 1967, o mosteiro foi alvo de uma campanha intensiva de obras, distribuídas em duas frentes: restauro do edifício pela DGEMN e obras de adaptação a Instituto Salesiano. Aí manteria o

colégio as suas portas abertas até 1982, ano em que encerrou definitivamente, devido, entre outros aspectos, ao reduzido número de alunos que então acolhia.

Durante a ocupação salesiana do mosteiro, a antiga casa dos padres foi transformada em asilo e hospital da Misericórdia de Arouca, pelo que, aquando do encerramento do instituto, a mesma foi transformada em Biblioteca Municipal, função que mantém na actualidade. O Museu, que entretanto passara para a ala poente (principal) do complexo, mantém a mesma localização até aos dias de hoje, tendo a ala este sido ocupada pela Secção Regional da Associação de Agricultores de Portugal, e a antiga zona agrária da cerca monástica cedida aos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura. Em 1992, o imóvel do mosteiro foi afecto ao IPPAR, passando em 2007 para a tutela da Direcção Geral de Cultura do Norte.

Considerações finais

Não obstante não apresentar uma ocupação fixa desde o encerramento do colégio salesiano, a ala sul do mosteiro de Arouca ostenta um bom estado de conservação, quer exterior, que interior. Quanto às construções anexas – botica, enfermaria e apoio agrícola – estas apresentam estados de preservação bastante diversos. Enquanto a botica se encontra bem conservada, fruto dos trabalhos de recuperação levados a cabo pelo IPPAR, durante a década de 90, a enfermaria encontra-se bastante deteriorada, próxima de um estado de ruína. Já a casa de apoio agrícola revela um estado de conservação intermédio, com partes deterioradas e outras razoavelmente bem conservadas.

Como elementos notáveis do conjunto de espaços afectos ao projecto Revive, destacam-se, ao nível do exterior, o trabalho em cantaria ao longo dos vários alçados da ala sul (frisos, pilastras, cunhais, molduras, pináculos), bem como a grande escadaria de aparato de lances opostos localizada no corpo do celeiro. Relativamente aos interiores, sublinham-se as diferentes coberturas abobadadas aplicadas nos diversos pisos do corpo sul – abóbada de arestas suportada por pilares no piso térreo, abóbada de berço em pedra no primeiro piso e abóbada em madeira decorada com caixotões no segundo andar. Estes diferentes tipos de cobertura permitem a criação de ambientes diferenciados ao longo dos três pisos, conferindo grande singularidade ao conjunto. A cobertura do piso superior da botica, também em madeira e decoração em caixotões, é igualmente digna de menção.

Para além dos espaços arquitectónicos acima mencionados, também uma parte significativa da área da antiga cerca monástica se encontra afectada ao projecto Revive. Nela salienta-se a zona da mata, outrora povoada por castanheiros e carvalhos, bem como

diversas estruturas utilitárias e devocionais: uma fonte, um tanque, vestígios de canais hidráulicos e de duas capelas.

Bibliografia

Obras Publicadas

ACCÁCIO, Abel, *O Mosteiro de Arouca I* In *O Ocidente*, 6º ano, vol. VI, nº174, 21.10.1883, pp. 236-238

_____, *O Mosteiro de Arouca II* In *O Ocidente*, 6º ano, vol. VI, nº177, 21.11.1883, pp. 260-262

_____, *O Mosteiro de Arouca III* In *O Ocidente*, 6º ano, vol. VI, nº178, 01.12.1883, pp. 268-270

_____, *O Mosteiro de Arouca IV* In *O Ocidente*, 6º ano, vol. VI, nº179, 11.12.1883, pp. 276-278

_____, *O Mosteiro de Arouca V* In *O Ocidente*, 7º ano, vol. VII, nº181, 01.01.1884, pp. 4-6

_____, *O Mosteiro de Arouca VI* In *O Ocidente*, 7º ano, vol. VII, nº183, 21.01.1884, pp. 22

_____, *O Mosteiro de Arouca VII* In *O Ocidente*, 7º ano, vol. VII, nº186, 21.02.1884, pp. 44

_____, *O Mosteiro de Arouca VIII* In *O Ocidente*, 7º ano, vol. VII, nº187, 01.03.1884, pp. 52

ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa, *O mosteiro cisterciense de Arouca: comunidade e património (1300-1317)*. Coimbra: [s.n.], 2003

AZEVEDO, D. Joaquim de, *História Eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1878, pp. 127-128

BORGES, Nelson Correia, *História da Arte em Portugal: Do barroco ao rococó*, vol. 9. Lisboa: Publicações Alfa, 1986

_____, *Lorvão e Arouca: Arte e glorificação de Cister In IV Congreso Internacional sobre el Cister en Portugal e Galicia – Volumen II*. Ourense, 2009, pp. 647-666

BRANDÃO, Domingos De Pinho, *Carlos Gimac: Arquitecto da Igreja e do Coro de Arouca*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1998

CAMPOS, Maria do Rosário de, *Primeiros forais das Vilas da Lousã e Arouca*. Lousã: Câmara Municipal Lousã, 1987

CENTEIO, Maria Isabel (coord.), PINHO, Arnaldo Cardoso de, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e; FALCÃO, António; AFONSO, José Ferrão; MARQUES, Maria da Luz Paula, RÊPAS, Luís Miguel; COELHO, Maria Helena; TEIXEIRA, Vítor Gomes, *O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca. História e Arte: O brilho de Cister*. Lisboa: Edições Inapa, 2003

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca: Do século X ao século XIII*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977

_____, *Arouca: uma terra, um mosteiro, uma santa*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda/Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005

DIAS, Geraldo Coelho; DUARTE, Luís Miguel, *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1999

DIAS, Pedro, *Mosteiro de Arouca*. Coimbra: EPATUR, 1980

_____, *Mosteiro de Arouca*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2000

FERREIRAA ALVES, Natália Marinho, *O Barroco nas casas cistercienses em Portugal: A organização do espaço sacro no mosteiro de Arouca e a talha dourada nos séculos XVII e XVIII In II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia Y Portugal – Volumen I*. Ourense, 1998, pp. 1069-1078

_____, *A presença de Miguel Francisco da Silva na igreja do mosteiro de santa Maria de Arouca In Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 465-472

GARCÍA, Wifredo Rincón, *Iconografía de la santidad cisterciense en el arte portugués: las Beatas Teresa, Sancha y Mafalda In Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 451-464

GUIMARÃES, Gonçalves, *O povoamento medieval da terra de Arouca – Contributo para a elaboração da sua Carta Arqueológica In I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca (26-28 Setembro 1986)*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 2987, pp. 59-76

JOAQUIM, Manuel, *O colectário de Arouca e os seus textos musicais*. Separata de Douro Litoral – Boletim da comissão de Etnografia e História – Oitava Série – V-VI. Porto, 1957

JORGE, Virgolino, *Mosteiros cistercienses femininos em Portugal*. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, série IV, nº94, 2ºtomo, 2000

JÚNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *Mosteiro de Arouca, a Dona Abadessa donatária do Couto de Fráguas*. Aveiro: Coimbra Editora, 1951.

_____, *Mosteiro de Arouca: couto de Antuã e Arouca: subsídios para a sua história*. Aveiro: [s.n.], 1954

_____, *Mosteiro de Arouca In A Arte em Portugal, nº20*. Porto: Marques Abreu, 1960

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1883, p.285

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *A integração das mulheres na Ordem de Cister – o caso português In Actas II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia Y Portugal – Volumen I*. Ourense, 1998, pp. 107-124

MARTINS, Ana Maria Tavares, *Os Mosteiros Cistercienses na região das Beiras – um percurso entre a Arquitectura e a História*. Viseu: Quartzo Editora, 2012

MELO, Ângela (coord.); ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; FERREIRA, Manuel Pedro; GRENZING, Gerhard, *O Órgão do Mosteiro de Arouca: conservação e restauro do património musical*. Direcção Regional do Norte; Arouca: Câmara Municipal, 2009.

OLIVEIRA, José Miguel dos Santos, *A contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825: estudo de caso do modelo de governação económico-administrativa de um mosteiro cisterciense feminino*. Maia: RIRSMA, 2005

RÊPA, Luís Miguel Malva de Jesus, *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues, 1286-1299*. Coimbra: Universidade de Letras de Coimbra, 2000

ROCHA, Joaquim Manuel Moreira da, *Santa Rainha Mafalda: um modelo de perfeição. A construção da memória pelas monjas de Arouca no século XVII In Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 239-250

_____, *A Memória de um Mosteiro. Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX). Das Construções e das Reconstruções*. Porto: Edições Afrontamento, 2011

RODRIGUES; Jorge; PÉREZ, Xosé Carlos Valle (coord.), *Arte de Cister em Portugal e Galiza/Arte del Císter en Galicia y Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998

SALDANHA, Nuno, *A iconografia romana das beatas cistercienses Sancha, Teresa e Mafalda In Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII. Colóquio 24-27 Novembro, Abadia de Alcobaça, 1994*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 247-252

SILVA, Filomeno, *Os forais do Burgo e de Arouca: as cartas de Couto do Mosteiro de Arouca*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1994

_____, *O contributo singular de Arouca no contexto dos mosteiros cistercienses portugueses In Cister: Espaços, Territórios e Paisagens. Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 135-142

SALDANHA, Nuno, *A iconografia romana das beatas cistercienses Sancha, Teresa e Mafalda In Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII. Colóquio 24-27 Novembro 1994, Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000, pp. 247-252

Em Linha:

<http://www.culturanorte.gov.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-arouca/#>

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70519>

<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/mosteiro-arouca>

<http://mirante.aroucaonline.com/2015/07/13/colégio-salesiano-de-arouca/comment-page-1/>